

“Agricultor, você tem coragem de tocar 12 badaladas, quando isso só acontece quando o rei morre?” Ele fala: “Sabe o que é? É que morreu alguém mais importante que tudo, morreu a minha vontade de viver”.

Eu fico imaginando o que nós temos a ver com esse agricultor que perdeu a vontade de viver. Nós não podemos perder o amor a esta Casa, não podemos perder a vontade de ser deputado, o orgulho de ser deputado, a honra de ser deputado. Nós não podemos deixar de chegar a casa, olhar no espelho, ver os nossos olhos e nos sentir orgulhosos. Deputado Barba, V. Exa. que começou em chão de fábrica e chegou a deputado da maior Assembleia Legislativa da América Latina, tem que ter orgulho.

É isso que eu não posso entender, que o deputado Pedro Tobias tenha dado aquela entrevista, que o deputado João Paulo Rillo tenha feito as considerações que fez e que o deputado Giannazi tenha reforçado essa posição, que não tem nenhum sentido, é depreciativa.

Eu sou aliado do governador Geraldo Alckmin, e com muito orgulho, mas aliado não quer dizer alienado. Acho que seria muito difícil encontrar outro administrador que pudesse levar o navio do Governo a bom termo como o Geraldo está levando. “Mas ele é amigo do governador”. Sou, sim, amigo sim, subalterno jamais.

Eu não posso aceitar as ponderações do deputado Giannazi, desmerecer a Casa. Ele vai ao ritmo do samba entoado ontem no jornal, pelo Pedro Tobias, a nova escola de samba, que já tem três desfilantes, o deputado Giannazi, que vai pela ala norte, o deputado Rillo, que vai pelo meio, e o deputado Pedro Tobias, que empunha o estandarte. Do quê? O que querem esses sambistas que brincam de democracia, desmerecer a Casa, desmerecer a democracia, desmerecer seus colegas, desmerecer os deputados, dar razão para aquelas pessoas que têm ido à Av. Paulista pregar a volta dos militares?

O que eles pensam que está acontecendo, hoje, no Rio e em Brasília? A lei ficou completamente sem rumo. O Legislativo não legisla, o Judiciário não julga, mas legisla, e o Executivo assiste ao Judiciário legislar e o Legislativo aplaudir. É por isso, Srs. Deputados, que eu vim três vezes à tribuna hoje e quero defender uma vez mais. Não é possível que membros do Ministério Público, do Judiciário pairam acima da lei. Ninguém vai puni-los. Imaginemos que tenha algum procedimento contra o Magistrado, contra um juiz. Quem é que vai julgar esse caso? É o Magistrado, é ele que vai julgar. Então não tem nenhum problema. Como é que eles podem pairar acima da lei? Se a deputada Marcia Lia foi agredida, houve o quê? Abuso de autoridade. Tanto faz ser cabo, como ser soldado, promotor público, magistrado, delegado, deputado, é abuso de autoridade.

Imagine, deputado Giannazi, nós dois vamos assistir, com a menina Leila, um show do Roberto Carlos. A menina Leila é a filha do deputado Carlos Giannazi. Vamos assistir. Lá o Roberto Carlos canta aquela música que sua filha tanto gosta, “Esse cara sou eu”. Nós vamos entrando no camarote e dizem: “vocês não podem entrar”. Nós então dizemos: “Por que não? somos Deputados ! Abuso de autoridade. Está certo que a menina Leila merecia ouvir Roberto Carlos, junto com a minha filha Larissa, mas nós mostramos a carteira. Nós estamos abusando da autoridade. Eu sou contra isso. Ninguém quer impedir. Nós queremos que não haja ninguém acima da lei.

Para terminar, deputada Marcia Lia, V. Exa. não estava aqui quando eu falei, V. Exa. tinha razão. A prisão preventiva virou regra. Não é mais exceção, regra. Primeiro é efetuada a prisão, para depois averiguarem se houve ou não a prática ilícita. Quem é que vai responder se, depois de um ano preso, se descobre que essa pessoa não tem nenhuma culpa.

Hoje vigora a presunção da culpa, e não a presunção da inocência.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência anuncia a ilustre visita do empresário Pedro Kaká, que irá assumir uma vaga nesta Casa no lugar do deputado Igor Soares, que foi eleito prefeito de Itapevi.

Esta Presidência solicita uma salva de palmas a nosso futuro colega, já deputado, Pedro Kaká. (Palmas.)

Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba, pelo tempo regimental.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, que nos assessoram o tempo todo, para que no final nós tenhamos tudo transcrito.

Volto a esta tribuna hoje, primeiramente, para parabenizar o deputado Barros Munhoz, pelo entusiasmo que S. Exa. tem com a política. Independente de nossa divergência partidária e de ponto de vista ideológico, V. Exa. fala com ênfase, com vontade, que nós precisamos preservar a questão da nossa atividade política. A atividade política tem que ser para servir o público, e não para servir a nós, para servir a interesses privados.

Podemos até discutir relações com o setor privado, com o setor público, mas a nossa tarefa aqui é, realmente, tentar encontrar o melhor caminho, o melhor ponto de equilíbrio de nossos debates, para podermos encaminhar de maneira correta os projetos.

Vossa Excelência falou da Caic, centenária, e da Codasp. Eu só queria destacar um ponto, Barros, mas não é nem uma discordância em relação ao que V. Exa. falou. Aliás, o aparte do Estevam Galvão me chamou a atenção, depois vou comentar sobre isso.

O ponto é que tanto a Codasp como a Docas são empresas estatais independentes. Portanto, são empresas que têm dotação orçamentária própria. Qualquer governo que esteja eleito no estado de São Paulo pode mandar dinheiro para elas, mas dinheiro para fazer investimentos, para inovar o seu parque, para fazer inovações tecnológicas, para fazer uma quantidade de ações.

Agora, na verdade, o projeto que nós estamos discutindo aqui é para mandar dinheiro para a Codasp para cumprir inclusive com o pagamento dos seus funcionários. É um erro. Existe algum problema ali no meio que nós precisamos entender. Na verdade, hoje devemos mandar dinheiro para investimento, o governo tem autorização para fazer isso. No estatuto dela está comprovado dessa maneira.

É uma questão que eu queria levantar dentro da discussão sobre esse projeto. Senão, para compensar o erro de gestão - seja de quem faz a gestão da Codasp, seja do Governo -, somos obrigados a mandar renda suplementar ou complementar para poder honrar os compromissos.

Ai não se identifica o verdadeiro problema que está acontecendo na Codasp. Isso também vale para a Docas. É a mesma coisa. Querira chamar atenção para isso. Vossa Excelência conhece isso muito bem e sabe que é assim que funciona. O projeto de lei nesta Casa não se trata disso.

Até entendo o aparte do deputado Estevam Galvão. Era para chamar atenção, porque os trabalhos prestados pela Codasp na subprefeitura quando V. Exa. foi subprefeito ou quando ele foi subprefeito em Guaianases... Era trabalho para ele poder valorizar cada vez mais os nossos entes públicos, que prestam um bom serviço.

Não é isso que tem feito o Governo do Estado. É só olhar para o Cepam e a Fundap, que também eram instituições boas. Vossa Excelência, que foi prefeito de uma cidade pequena, sabe o tamanho da importância que tinham a Fundap e o Cepam para ajudar os prefeitos a organizar os seus orçamentos e os seus planos diretores.

As prefeituras menores têm essa dificuldade. As grandes não têm. Elas têm vida própria. Infelizmente, daqui a algum tempo, com certeza, estaremos discutindo, nesta tribuna, a venda da Codasp e da Docas, porque esse é o modelo privatizador do governo do PSDB e seus aliados.

Quero falar um pouco da entrevista do nobre deputado Pedro Tobias. Há pessoas achando que ele foi infeliz. Eu não acho que ele foi infeliz. Talvez ele esteja em um momento de fadiga, olhando para o modelo como esta Casa tem legislado. Realmente, esta Casa tem legislado como um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes. Ele só faltou falar uma coisa a respeito dessa fadiga revelada. Ele é parte responsável dela, porque existe uma base aliada de 77 deputados contra 17 deputados, os quais usam os mecanismos que podem para fazer obstrução e tentar conquistar um debate melhor, trazendo um debate mais transparente e tentando negociar emendas na hora de se discutir o Orçamento.

Passamos o ano inteiro discutindo o Orçamento Impositivo. Como sou deputado de primeiro mandato, falearam-me o seguinte: “como é o seu primeiro ano, V. Exa. tem um milhão em emendas”. Isso foi em 2015. Vossa Excelência recebeu um milhão em emendas, deputado Campos Machado? Nós não recebemos.

No ano de 2016, Vossa Excelência terá direito a dois milhões e meio de reais em emendas. Nós continuamos aqui sem receber 2015 e 2016 para mandar para as nossas cidades e bases eleitorais. As emendas não são para nós. Talvez, em função disso, o deputado Pedro Tobias comece a ficar com esse sentimento. Ele é da base aliada, e não sei se ele recebe ou não as emendas, mas começa a revelar esse sentimento de que precisamos ter uma Casa mais dinâmica.

Esta Casa discutiu a PEC 55. Esta Casa está discutindo uma reforma da Previdência, que tem a ver com os Estados. A reforma da Previdência apresentada hoje tem a ver com os Estados. Em momento algum, nós fizemos o debate da reforma da Previdência, da PEC 287, apresentada hoje em Brasília.

Acompanhei toda a apresentação do Marcelo Caetano, que é o secretário da Previdência, ligado ao Ministério da Fazenda. Então, o Henrique Meireles tem muito poder. Esta Casa não discutiui, sabendo que nós temos servidores públicos que têm regime de previdência estadual, sabendo que há os municípios.

Então, esta Casa cumpriu a tarefa de, em três ou quatro meses, debater a reforma da Previdência, uma reforma que vai penalizar o trabalhador pelo fato de hoje viver-se mais, já que a expectativa de vida está em 73 anos para homem e mulher. Nós estamos pagando caro por isso.

Para aposentar-se por essa reforma da Previdência apresentada hoje, deve-se começar a trabalhar aos 16 anos para aos 65 anos de idade e com 49 anos de trabalho poder receber o teto da Previdência do setor privado: R\$ 5.182,30; em um país que dependendo do mercado de trabalho, a pessoa com 45 anos de idade tem dificuldade de arrumar emprego; uma PEC que diz que é para melhorar as contas públicas e dar segurança de receber a aposentadoria, mas que penaliza o trabalhador. Uma coisa é nós, deputados, aposentarmos aos 65, 70 anos outra coisa é um pedreiro que pega um bloco de cimento de 20x40 para levantar uma parede trabalhar até os 65 anos.

Nobre deputado Campos Machado, nas últimas três semanas V. Exa. vem falando dos intocáveis, daqueles que querem ser os deuses do olimpo: os procuradores do Ministério Público e o nosso Poder Judiciário.

Vossas Excelências se lembram da juíza do Pará que colocou uma menina de 14, 15 anos em uma cela com 25 presos de alta periculosidade, onde foi violentada e estuprada por 25 dias? Sabe qual foi a penalidade para essa juíza, deputado Campos Machado? Aposentadoria compulsória integral. Em São Bernardo, um juiz que fez conchavos com uma empresa que acabou fechando foi condenado. Sabe qual foi a condenação dele, deputado Campos Machado? Aposentadoria compulsória. E não estamos querendo dizer que a Operação Lava Jato tem de acabar.A Operação Lava Jato tem de ir até o fim. O que estamos discutindo é que medidas devam existir para proibir abuso de poder de qualquer autoridade neste País, seja nos estados, seja nos municípios.

Quero dizer que subscrevo a sua emenda, deputado Campos Machado, como a do deputado Barros Munhoz, porque tratam disso.

Prisão preventiva hoje significa pode passar dois anos na cadeia. É o Poder Judiciário judicializando a política e querendo ser o maior instrumento de representação da sociedade desprezando o Poder Legislativo e Poder Executivo quando na teoria os três Poderes deveriam viver em harmonia. É deste debate que estamos falando. Talvez eu entenda o cansaço do deputado Pedro Tobias quando concede uma entrevista dessas no “Estadão”. Pode ser em função de uma reflexão mais profunda ao olhar para si e pensar: quanto tempo tenho de deputado e qual o meu papel além de fiscalizar e legislar? Nós temos que fazer os grandes debates nacionais e estaduais. Por isso, acho que o Pedro Tobias, quando fala aquilo à imprensa, talvez seja para dar um choque na bancada do PSDB e na base aliada. Para dizer: “temos outras tarefas a discutir; não é só dizer sim aos projetos do governador do estado, não é só ser o puxadinho do governador”. Esse é o problema que temos aqui.

É verdade que podemos dizer que fizemos, este ano na Assembleia, um grande debate com os trabalhadores da Apeesp - e nisso a bancada governista negociou e ajudou a incorporar todos os pontos que a Apeesp apresentou. Isso é verdade. Mas é muito pouco para o tamanho deste Parlamento, que é o segundo maior do País e é o maior Parlamento estadual da América Latina. Eu, que sou parlamentar de primeira viagem, gostaria muito que esta Casa tivesse um debate mais profundo, não só sobre setor público, como no caso das emendas que fazemos, mas sobre o setor privado. Neste momento, esta Casa deveria juntar um grupo de notáveis deputados e apresentar uma proposta que gerasse trabalho e renda.

Mas esta Casa não se preocupa com isso, porque tem outros interesses, como os de aplicar o regime do Estado mínimo. É o programa do PSDB. O governador é desse partido, e eles estão corretos em fazer isso. Cabe a nós da bancada de oposição combater esse modelo.

Sr. Presidente, para encerrar, quero agradecer a V. Exa. pela compreensão e dar boas-vindas ao deputado Pedro Kaká.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 608, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 11.331, de 2002, que dispõe sobre os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Com 7 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, não ouvi direito. Está pautado também aquele projeto do Fundo? Da Defensoria, da OAB?

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Não, está pauta-do apenas o Projeto de lei no 608, de 2016.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, esse projeto deveria ter sido discutido para ser votado. Esse projeto vai ter discussão encerrada. Se não for apresentada uma emenda aglutinativa, esse projeto não vai ter validade. Não vamos votar nada. Temos que fazer um acordo mais detalhado. Quantas assinaturas são necessárias para uma emenda aglutinativa? Vamos ficar aqui como a personagem “Narizinho”, de Monteiro Lobato: “faz de conta que é; faz de conta que não é.” Não é assim. Sr. Presidente, o assunto é muito sério para ser tratado dessa maneira: pauta-se o projeto, encerra-se a discussão. E daí? Eu requeiro que, se possível... O acordo era votar o projeto que tem a participação da Defensoria e da OAB. É pacífico.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos.

- Suspensa às 20 horas e 14 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 16 minutos, sob a Presidência do Sr. Jooji Hato.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Conseguimos entrar em um consenso para que a votação do projeto da Codasp ocorra sem verificação de votação. Assim, gostaria de pedir a V. Exa. que, em um acordo com todos os líderes da Casa, desconvocasse a segunda sessão extraordinária. No Colégio de Líderes de amanhã voltaremos a discutir esse tema.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência desconvoca a segunda sessão extraordinária.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de registrar que o deputado Barros Munhoz fez um pronunciamento sobre a questão da Codasp e que eu me manifestei no Colégio de Líderes dizendo que somos favoráveis. Dentro desse acordo nós estamos tranquilamente contemplados com essa proposta.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Em votação o Projeto de lei nº 835, de 2016, salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda nº 01, com parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Sr. Presidente, gostaria de registrar voto favorável da bancada do PT à emenda.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 18 minutos.

7 DE DEZEMBRO DE 2016 181ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, RAMALHO DA CONSTRUÇÃO, FERNANDO CAPEZ, CEZINHA DE MADUREIRA
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Saúda empréstimo obtido pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, através da Caixa Econômica Federal. Comenta a recente crise institucional entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Pede atenção à resolução da crise econômica pois, a seu ver, é o problema mais grave do País atualmente.

3 - CORONEL TELHADA

Endossa a fala do deputado Ramalho da Construção a respeito de crise entre os Poderes da República. Declara-se preocupado com as consequências desse embate para a ordem pública. Discorre sobre as dificuldades da carreira de policial militar.

4 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Comenta acontecimento recente em São Caetano do Sul, na qual dois irmãos morreram devido a acidente de carro causado por criminosos em fuga. Exibe reportagem sobre o ocorrido. Cita projeto de lei, de sua autoria, que trata de prevenir a violência causada por menores de idade.

6 - LUIZ CARLOS GONDIM

Discorre sobre problemas financeiros pelos quais passam as Santas Casas de Misericórdia. Destaca a importância dessas instituições para a sociedade. Aponta soluções para a questão, afirmando que os governos têm que cumprir suas obrigações financeiras para com as Santas Casas.

7 - JOOJI HATO

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h16min.

ORDEM DO DIA

9 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h39min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os seguintes requerimentos de Urgência: do deputado André Soares, ao PL 1327/15; do deputado Davi Zaia, ao PL 644/15; do deputado Milton Leite Filho, ao PL 860/14; do deputado Léo Oliveira, ao PL 1282/15; do deputado Marcos Martins, ao PL 2477/15; do deputado Marcos Zerbini, ao PL 1241/15; do deputado Roberto Engler, ao PL 1539/15; do deputado Welson Gasparini, ao PL 1544/15; e do deputado Aldo Demarchi, ao PL 675/15.

10 - GILENO GOMES

Solicita a suspensão da sessão por 30 minutos, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anota o pedido. Convoca as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, para duas reuniões conjuntas: a primeira a realizar-se hoje às 16 horas e 45 minutos, e a segunda a ter início um minuto após o término do primeiro congresso; e reunião extraordinária, hoje, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Defere o pedido do deputado Gileno Gomes e suspende a sessão às 16h42min.

12 - CEZINHA DE MADUREIRA

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h13min. Convoca os Srs. Deputados para duas sessões extraordinárias a serem realizadas hoje: a primeira às 19 horas, e a segunda dez minutos após o término da anterior.

13 - JOSÉ ZICO PRADO

Requer o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE CEZINHA DE MADUREIRA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 08/12, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente, deputado Jooji Hato, deputado Coronel Telhada, minhas congratulações também pela cidade de Diadema. Tive uma razoável votação nessa cidade, com mais de quatro mil votos. Mando um abraço a todos, principalmente ao prefeito reeleito, Lauro Michels, que realizou um ótimo trabalho. Tanto é que ele foi reeleito.

Sr. Presidente, V. Exa. é médico e conhece a crise por que passa a Saúde, e quero dizer do empréstimo de 360 milhões pela Caixa Econômica Federal para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. A notícia que temos, e nós mesmos temos enviado para lá, é de que cirurgias não estavam sendo mais realizadas, enfim, que estava meio parado por falta de verba, mesmo porque a própria Santa Casa deve alguns milhões para todo mundo. Penso que nesse momento de crise esse empréstimo foi importante, e foi concedido à área fundamental, que é a Saúde. As instituições filantrópicas têm um prazo de até seis meses de carência.

Nós precisamos olhar para pelo menos três áreas importantes do País: sem dúvida nenhuma, a primeira é a Saúde, que está falida; a segunda é a Educação; e a terceira é a Segurança pública. São três áreas que estão fracas.

Tivemos uma notícia triste na área da Educação hoje. A Educação do estado mais rico do País, com a maior rede pública de ensino, está estagnada há anos, e nós perdemos oito pontos. É o Estado que representa o segundo Orçamento do Brasil, porque o primeiro é do Brasil; o segundo é do estado de São Paulo; e o terceiro é da cidade de São Paulo.

É lamentável tudo isso, as consequências eu não saberia explicar, mas há algo de errado na Educação. Muito errado, não é possível um estado mais pobre, mais simples, do Nordeste, ter vantagens sobre São Paulo, com essa riqueza toda que nós temos aqui.

Quero também deixar minha preocupação com, infelizmente, a insegurança institucional que aí está. Quando as pessoas mais simples veem os guardiões da Carta Magna se digladiando entre si, um atacando o outro, o que podem pensar? Já é sabido que temos a maior insegurança jurídica do mundo, imaginem na Suprema Corte ministros se atacando. Como ficamos neste País? Até onde vamos com essa crise institucional? Em quem nós vamos acreditar? Os ministros da Suprema Corte passam pelo Senado, para depois serem indicados pelo presidente da República, e mesmo assim vemos essa guerra entre eles que nós sabemos onde vai chegar. E enquanto isso acontece, e acontece irresponsavelmente, uma série de investidores desistiram de investir no Brasil.

No Brasil, mais de 12 milhões de pessoas perderam o emprego; seis milhões de pessoas tiveram as portas de suas pequenas empresas fechadas; cinco milhões de pessoas são desocupadas; assim temos 23 milhões e meio sem ocupação, no Brasil, e quando vem a esperança de que no final do ano receberíamos vários fundos internacionais para investir no Brasil, suspenderam tudo, porque vão acreditar em quem? Já não acreditam mais na política; e a Justiça, que é a última instância, está numa situação que - estou à vontade para falar porque sou analfabeto de Direito, sou analfabeto quase de tudo - parece muito mais uma palhaçada do que a Suprema Corte. Nem ética existe mais no Supremo Tribunal Federal. Não há respeito entre os ministros; parece que não agem mais dentro do Direito, mas politicamente, sem pensar nas consequências de um país que a cada dia mais se afunda, passa pela maior crise econômica da História, provocada por uma crise política.

Eu sou analfabeto de Direito; apesar de ser parlamentar, tenho o pensamento de qualquer cidadão comum, e muitos trabalhadores têm me ligado, têm me procurado para saber o que está acontecendo no Brasil. Começa que quando amanhece e não cai um avião ou dois, cai um político, outro vai preso, em virtude de atitudes que repudio veementemente. Assessor de gabinete, de parlamentar tem que receber seu salário integral. Eu sempre agi assim para nunca deixar margem que eu não pudesse amanhã substituir o assessor. É vergonhoso quando um parlamentar, seja ele deputado, vereador, quem quer que seja, contrate um assessor que tenha que pagar um cafezinho, uma formação horrível que em determinadas horas ficamos com vergonha de ser político. Lembrando uma frase que não é minha, de Eduardo Campos: “Por tudo isso, jamais vou desistir da política e do Brasil.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Angelo Perugini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.